

Junta Comercial quer acabar com golpes

Desde o ano passado, a Junta Comercial do DF vem defendendo a criação de um Núcleo de Registro Integrado, que viria centralizar os procedimentos para abertura de uma empresa. O Núcleo desburocratizaria a operação e tornaria mais difícil a ação dos golpistas. Hoje em dia, a abertura de uma empresa se divide em duas etapas em órgãos diferentes, o que atrasa o processo e favorece a "montagem" de empresas fantasmas.

A primeira parte do processo atualmente é feita na Junta Comercial, onde o empresário registra a empresa e obtém o seu número de CGC. A outra etapa é feita na Secretaria de Fazenda e Planejamento ou em seus postos localizados nas administrações regionais. Lá, os interessados solicitam o alvará de funcionamento e o número de inscrição de contribuinte. O problema é que a maioria dos empresários não tem cumprido as duas etapas.

Alguns realizam apenas a primeira parte e, de posse do CGC, começam

a trabalhar na informalidade, sem recolher um centavo sequer de impostos. Outros são ainda mais ousados e só utilizam o CGC para adquirir talões de cheques e aplicar golpes. A idéia da criação do Núcleo é de Guilherme Cabral, que presidiu a Junta até recentemente. Segundo ele, o objetivo do Núcleo é concentrar no mesmo local a concessão do número de inscrição de contribuinte, do CGC e do registro do contrato social. "Isso diminuiria a burocracia, reduziria os custos e evitaria a informalidade", argumenta ele.

A Junta Comercial recebe diariamente uma média de 15 pedidos de informação da Justiça e de delegacias sobre empresas que somem da noite para o dia. Só em outubro 670 novas empresas se registraram na Junta, mas segundo Guilherme Cabral, somente a metade deve levar o processo de regularização até o fim. O Núcleo também emitiria um alvará prévio de funcionamento. O alvará depende de vistoria das condições de

higiene e dos aspectos de segurança, além da verificação de que o endereço indicado permite o funcionamento da empresa.

O ex-presidente da Junta lembrou de um caso ocorrido há pouco tempo no Guará que comprova o não-funcionamento da estrutura atual. Uma empresa de materiais de construção aplicou um golpe no mercado vendendo produtos para entregar em 30 dias. A empresa não recolhia impostos e não cumpria os prazos fixados com seus clientes. A empresa acabou sendo vendida para terceiros e a Junta deu andamento no processo porque não tinha conhecimento das irregularidades. "Da forma como está atualmente, o procedimento, além de burocrático gera muitas facilidades para a prática de golpes", afirma.

Para diminuir a ocorrência desses golpes, a Junta Comercial está preocupada em conseguir com urgência, centralizar os procedimentos para a abertura de uma empresa, através do Núcleo de Registro Integrado.